

A pedagogia do silêncio: orientações político-catequéticas nas Campanhas da Fraternidade (1964–1972)

The pedagogy of silence: political-catechetical orientations in the Fraternity Campaigns

La pedagogía del silencio: orientaciones político-catequéticas en las Campañas de la Fraternidad (1964–1972)

Adailton Galiza 
Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, Brasil.
aagalizan@gmail.com

Arnaldo Pinto Junior 
Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, Brasil.
apjfe@unicamp.br

Recebido em 26 de março de 2026
Aprovado em 25 de agosto de 2026
Publicado em 09 de setembro de 2026

RESUMO

Este artigo analisa as Campanhas da Fraternidade (CFs) realizadas entre 1964 e 1972 como expressão de um projeto político-catequético da Igreja Católica. Ao investigarmos temas, lemas e cartazes produzidos nos primeiros anos da ditadura civil-militar, identificamos uma dinâmica que denominamos pedagogia do silêncio, caracterizada pela orientação simbólica das condutas, pelo reforço da autoridade e da hierarquia clerical e pela limitada explicitação de conflitos e antagonismos sociais. A análise temática das fontes documentais, orientada pela abordagem qualitativa proposta por Bardin, revela a predominância de referências à identidade eclesial e à pacificação simbólica, acompanhadas por valores de ética cristã, religiosidade prática e interiorização. Com base nos escritos de Paulo Freire, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, interpretamos como os símbolos religiosos participam da produção de sentidos e da delimitação das formas pelas quais tensões e questões coletivas são apresentados nos materiais analisados. A partir da problematização dos sentidos nas CFs, o estudo contribui para os debates sobre o papel do catolicismo na proposição de orientações simbólicas dirigidas aos fiéis em tempos de autoritarismo.

Palavras-chave: Campanha da Fraternidade; Ditadura civil-militar; Educação religiosa.

ABSTRACT

This article analyzes the Fraternity Campaigns (CFs) carried out between 1964 and 1972 as an expression of a political-catechetical project of the Catholic Church. By examining the themes, mottos, and posters produced during the early years of the civil-military dictatorship, we identify a dynamic that we term a pedagogy of silence, characterized by the symbolic orientation of conduct, the reinforcement of clerical authority and hierarchy, and the limited explicit treatment of social conflicts and antagonisms. The thematic analysis of documentary sources, guided by Bardin's qualitative approach, reveals the predominance of references to ecclesial identity and symbolic pacification, accompanied by values related to Christian ethics, practical religiosity, and interiorization. Drawing on the works of Paulo Freire, Pierre Bourdieu, and Michel Foucault, we interpret how religious symbols participate in the production of meanings and in delimiting the ways in which tensions and collective issues are presented in the materials analyzed. By problematizing the meanings present in the CFs, the study contributes to debates on the role of Catholicism in proposing symbolic orientations directed at the faithful in times of authoritarianism.

Keywords: Fraternity Campaign; Religious education; Civil-military dictatorship.

RESUMEN

Este artículo analiza las Campañas de la Fraternidad (CF) realizadas entre 1964 y 1972 como expresión de un proyecto político-catequético de la Iglesia Católica. Al examinar los temas, lemas y carteles producidos durante los primeros años de la dictadura cívico-militar, identificamos una dinámica que denominamos pedagogía del silencio caracterizada por la orientación simbólica de las conductas, el refuerzo de la autoridad y de la jerarquía clerical, y la limitada explicitación de conflictos y antagonismos sociales. El análisis temático de las fuentes documentales, guiado por el enfoque cualitativo propuesto por Bardin, revela el predominio de referencias a la identidad eclesial y a la pacificación simbólica, acompañadas por valores relacionados con la ética cristiana, la religiosidad práctica y la interiorización. A partir de los aportes de Paulo Freire, Pierre Bourdieu y Michel Foucault, interpretamos cómo los símbolos religiosos participan en la producción de sentidos y en la delimitación de las formas mediante las cuales las tensiones y las cuestiones colectivas son presentadas en los materiales analizados. A partir de la problematización de los sentidos presentes en las CF, el estudio contribuye a los debates sobre el papel del catolicismo en la proposición de orientaciones simbólicas dirigidas a los fieles en tiempos de autoritarismo.

Palabras clave: Campaña de la Fraternidad; Dictadura cívico-militar; Educación religiosa.

Introdução

Durante a década de 1950, a presença catequética da Igreja Católica expandiu-se em diferentes regiões do Brasil, envolvendo tanto áreas rurais quanto urbanas. Diante de conflitos e de demandas por justiça social, o período também ficou caracterizado pela intensificação da atuação do clero na assistência, na evangelização e na atenção a questões ético-políticas emergentes (Beozzo, 2005; Matos, 2011). Impulsionadas pelo engajamento social da época, as primeiras experiências da Campanha da Fraternidade (CF) surgiram, em 1962, na Arquidiocese de Natal (RN). A iniciativa logo se disseminou entre outras dioceses do Nordeste, mobilizando as comunidades em práticas de solidariedade e partilha de recursos (Prates, 2007). Sua repercussão levou o episcopado brasileiro, reunido em Roma durante o Concílio Vaticano II (1962-1965), a endossar a CF como uma proposta de alcance nacional, articulada sob a coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instância política da Igreja Católica.

A campanha nacional começou a ser delineada no início da década de 1960, sob coordenação do Secretariado Geral da CNBB, dirigido por Dom Helder Câmara, bispo de perfil progressista que ocupava a função desde a criação da entidade em 1952 (Nunes, 2021). O projeto tomou forma a partir de mobilizações de arrecadação como a *Adveniat* e a *Misereor*, da Alemanha, e na Campanha de Ação de Graças promovida nos Estados Unidos (CNBB, 1964a; 1966). Em 26 de dezembro de 1963, Helder Câmara enviou uma circular ao episcopado consultando sobre a receptividade à proposta da CF e a disposição de suas dioceses em aderir à iniciativa (CNBB, 1964a). Diante das manifestações favoráveis, o plano foi consolidado e o lançamento da CF em âmbito nacional ocorreu em 16 de fevereiro de 1964. Conforme o documento preparatório (CNBB, 1964a) encaminhado às dioceses, a coleta financeira seria realizada no “Domingo da Paixão: 15 de março”, denominado “Dia D: dia da Decisão”.

A partir desse marco inicial, a proposta da CF formulada pela CNBB passou a utilizar temas, lemas e cartazes como materiais educativos voltados à evangelização, o fortalecimento institucional e a vivência comunitária. Para a campanha inaugural, o tema escolhido foi “Igreja em renovação” e o lema “Lembre-se: você também é Igreja” (CNBB, 1964a; 2003).

O processo de nacionalização da CF insere-se no contexto de instauração da ditadura civil-militar brasileira, após a deposição do presidente João Goulart (Aarão Reis, 2014; Fico, 2004). Naquele momento, a presidência da CNBB estava sob a responsabilidade do cardeal conservador Dom Jaime de Barros Câmara (Nunes, 2021). Logo após o golpe de Estado, no Comunicado mensal nº 139-140, referente aos meses abril-maio de 1964, Câmara enviou às dioceses a mensagem de que o país passava a ser governado pelo Marechal Castelo Branco, resultado da “Revolução vitoriosa de 1º de abril”. No mesmo documento, manifestava também a intenção do clero católico de construir uma “leal colaboração entre Estado e Igreja” (CNBB, 1964b).

A expectativa expressa pela Conferência era de que o novo governo teria

duração limitada até as eleições presidenciais previstas para outubro de 1965 (CNBB, 1964b). A participação maciça de religiosos e fiéis católicos nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade – realizadas entre março e junho de 1964 – indicava a aproximação de integrantes da instituição em relação aos governantes que assumiram o poder após o golpe civil-militar. Embora a CNBB não tenha apoiado oficialmente as Marchas, houve participação expressiva de setores do clero, sobretudo conservadores, o que contribuiu para atribuir legitimidade simbólica à nova ordem instaurada (Presot, 2010).

As respostas de integrantes da Igreja Católica ao golpe e à ditadura foram diversas, uma vez que entre membros do clero e fiéis havia distintas posições diante das transformações políticas e sociais do período (Serbin, 2001). Ao mesmo tempo, a repressão promovida pela ditadura atingiu religiosos e grupos católicos que assumiram posições críticas (Ridenti, 2014; Motta, 2021). Essas diferenças também se relacionavam às transformações provocadas pelo Concílio Vaticano II, que intensificaram debates entre diferentes setores da Igreja acerca de sua atuação diante dos problemas da sociedade (Faggioli, 2013). Nesse contexto de mudanças e disputas internas, as CFs constituíram uma das iniciativas institucionais por meio das quais a CNBB formulou orientações religiosas e pastorais dirigidas às comunidades católicas.

Na concepção da CNBB (1966, p. 3), a CF era “um movimento de formação de consciência e de participação apostólica e social”, que se valia de temas, lemas e cartazes como síntese catequética acessível aos fiéis em um contexto marcado por elevados níveis de analfabetismo. Recordando os dados estatísticos, em 1960 o Brasil registrava 15,96 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, o equivalente a 39,7% da população nessa faixa etária. Em 1970, esse número aumentou para 18,1 milhões, ainda que a taxa percentual tenha recuado para 33,7% (IBGE, 1979). Isso significa que, mesmo com a redução relativa, o número absoluto de pessoas não alfabetizadas cresceu, apontando a persistência de profundas desigualdades educacionais e dificultando o acesso a conteúdos mais complexos em linguagem escrita.

Os subsídios das Campanhas integravam a ação pastoral da Igreja e eram mobilizados em conjunto com homilias, instruções e orientações eclesiais, constituindo meios institucionais de apresentação das diretrizes das CFs aos fiéis. Além de seu amplo alcance, os materiais operavam como dispositivos pedagógicos multiformes, articulando distintas linguagens – verbal, visual e simbólica – na proposição de modos de percepção cristã. Tal pluralidade permitia diferentes leituras: mais diretas e prescritivas nos temas e lemas; mais evocativas e abertas nos elementos visuais dos cartazes. Essa possibilidade de apropriação, contudo, coexistia com mecanismos institucionais de delimitação dos sentidos, por meio dos quais a Igreja procurava estabelecer interpretações legítimas da doutrina e da realidade. Segundo a doutrina católica, cabe exclusivamente ao “Magistério”, exercido pelos bispos em comunhão com o papa, o ofício legítimo de interpretar a “Palavra de Deus” (Vaticano II, 1997). Como observa Romano (1979, p. 43), a Igreja Católica se coloca “entre Deus e o povo e entre este e os dominantes”, assumindo para si o papel de

intérprete autorizado da ordem divina.

Entre os estudos dedicados especificamente à CF, Prates (2007) desenvolve uma leitura histórico-teológica das Campanhas, oferecendo uma visão panorâmica de seus temas, enquanto Vanzella (2017) examina sua estrutura, metodologia e o método Ver-Julgar-Agir sob perspectiva teológica e eclesiológica. Outros trabalhos abordaram diferentes dimensões dessa iniciativa eclesial (Rampazzo, 2007; Cipriani, 2005; Oler, 2009; Wolff, 2015; Orofino, 2016; Da Silva, 2019; Matos, 2020). Nunes (2021), por sua vez, analisa a CF como uma política da Igreja Católica para o Brasil, examinando as relações entre suas dimensões pedagógicas e políticas por meio de temas, lemas e cartazes. No diálogo com esses trabalhos, o presente artigo concentra-se nas Campanhas realizadas entre 1964 e 1972 e mobiliza a categoria interpretativa pedagogia do silêncio para compreender como esses materiais organizam valores, formas de pertencimento e modos de ação e apresentam questões sociais e conflitos.

A relação entre pedagogia e silêncio assume sentidos distintos na literatura educacional. Em Tomelin (1986), a expressão “pedagogia do silêncio” está associada a uma narrativa pessoal marcada pelo medo e pela submissão em experiências educativas vividas na família, na escola, no seminário e na Igreja. Silva (2019) emprega a ideia de “pedagogia do silêncio” ao tratar da repressão político-ideológica durante a ditadura civil-militar em Santa Catarina, relacionando-a ao medo, à censura e a uma educação que ensinou os sujeitos a calar. Campos e Medeiros Neta (2019) recorrem à ideia de “pedagogia do silêncio” para analisar os mecanismos que dificultavam a comunicação em Auschwitz, considerando a violência associada à incomunicabilidade e a apropriação do silêncio pelas vítimas como estratégia de sobrevivência. Em perspectiva foucaultiana, Paulino e Reis (2010) discutem as relações entre silêncio, poder e controle nos processos de disciplinamento e normalização do corpo infantil. Araújo (2019) concebe uma “pedagogia do silêncio” centrada no silêncio interior, na meditação e na formação do sujeito. Su, Wood e Tribe (2023) examinam diferentes usos do silêncio no contexto escolar, suas relações com poder e pedagogia crítica e sua importância como abordagem participativa da aprendizagem.

Neste estudo, denominamos pedagogia do silêncio a orientação político-catequética pela qual determinados conteúdos, valores e representações são selecionados e organizados de modo a privilegiar formas de pertencimento, conciliação, interiorização e ação religiosa, enquanto conflitos e antagonismos sociais permanecem pouco explicitados. A expressão não designa a ausência absoluta de discurso, tampouco pressupõe uma ação homogênea ou deliberadamente coordenada de toda a Igreja Católica. Trata-se de uma categoria interpretativa delimitada neste estudo para compreender, no *corpus* analisado, como o dizer e o não dizer participam conjuntamente da orientação simbólica das condutas. Nesse sentido, a categoria aproxima-se da compreensão foucaultiana segundo a qual o silêncio não constitui o exterior do discurso, mas integra as estratégias que regulam aquilo que pode ser enunciado em determinadas relações institucionais de poder (Foucault,

1988).

A categoria possui, contudo, limites interpretativos. A identificação de uma pedagogia do silêncio nos materiais oficiais não permite presumir a recepção passiva dessas mensagens pelos fiéis, nem atribuir homogeneidade política ao clero ou estabelecer equivalência automática entre silêncio, apoio institucional e adesão à ditadura. Seu alcance restringe-se à análise das orientações simbólicas presentes no *corpus* e das condições institucionais de sua produção, reconhecendo-se a possibilidade de apropriações, resistências e sentidos divergentes.

É em tal cenário que se insere a pergunta central do artigo: de que maneira os materiais oficiais das CFs – temas, lemas e cartazes produzidos entre 1964 e 1972 – expressaram orientações político-catequéticas dirigidas aos fiéis? Para responder a essa pergunta, este estudo teve como objetivo compreender de que modo tais recursos, empregados pelos formuladores das campanhas, propuseram formas de conduta, afirmaram a hierarquia eclesial e organizaram simbolicamente a apresentação das tensões sociais na Igreja Católica no Brasil. A análise parte da hipótese de que as CFs funcionaram como dispositivos pedagógicos de orientação religiosa, nos quais a seleção de temas, lemas e representações visuais privilegiou determinados valores, formas de pertencimento e modos de ação, organizando a compreensão das questões sociais a partir de referenciais religiosos e eclesiais.

Metodologicamente, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa documental, fundamentada na análise temática de Bardin (2020), com foco nos temas, lemas e cartazes da CF, considerados expressões da intencionalidade formativa da Igreja Católica. A partir desse *corpus*, foram identificadas cinco categorias construídas com base na recorrência dos elementos textuais e visuais. Assim, discutimos o padrão formativo predominante ao longo das campanhas, com suas frequências de ocorrência. Por fim, apresentamos as conclusões do estudo. Ao analisar especificidades das CFs no recorte temporal proposto, este artigo busca indicar direções simbólicas priorizadas pela hierarquia eclesial e as formas de viver e compreender a crença por elas propostas em tempos de autoritarismo.

A partir desse delineamento, nas seções seguintes, apresentamos o referencial teórico adotado, descrevemos os procedimentos metodológicos e analisamos os materiais das campanhas.

Referencial teórico

Para analisarmos as dimensões formativas das CFs, precisamos ir além de uma visão instrumental da educação religiosa, reconhecendo-as como práticas produtoras de sentidos, normas e modos de subjetivação. Com esse propósito, dialogamos com as perspectivas da pedagogia crítica de Paulo Freire (2011; 2014), o conceito de *habitus* religioso de Pierre Bourdieu (2007), a noção de dispositivo e reflexões acerca das estratégias discursivas de poder elaboradas por Michel Foucault (1979; 1988).

De acordo com Paulo Freire (2011), cuja obra emerge em meio a lutas contra regimes autoritários na América Latina, a leitura da palavra está necessariamente vinculada à leitura crítica do mundo. Quando as formas tradicionais de educação evitam nomear as contradições sociais e silenciam embates históricos, acabam por se converter em instrumentos de domesticação, reforçando a passividade dos sujeitos e/ou de suas respectivas comunidades. Nos espaços formais das instituições de ensino, essas perspectivas colaboram para o desenvolvimento de uma educação bancária, a qual potencializa leituras ingênuas da realidade, dificulta a conscientização e contribui para manter processos de desumanização (Freire, 2014). Tais fundamentos oferecem elementos para examinar práticas educativas e as formas pelas quais apresentam e organizam leituras da realidade.

Pierre Bourdieu (2007), por meio das suas pesquisas sobre a reprodução de hierarquias de poder nos campos sociais, define o *habitus* religioso como um sistema de disposições incorporadas, duráveis e historicamente construídas que orienta percepções, condutas e interpretações. No campo religioso, estruturado por disputas de autoridade, essas disposições legitimam modos de crer, agir e se relacionar com o mundo, contribuindo para a manutenção da dominação simbólica.

Michel Foucault (1979), ao investigar as microrrelações de poder e a formação das subjetividades entre os séculos XVIII e XX, propõe a noção de dispositivo como um arranjo heterogêneo de discursos, saberes, normas, imagens e instituições, que opera na orientação das condutas e na produção de modos de ser. Segundo Foucault (1979, p. 244), “o dispositivo tem por função responder a uma urgência”, articulando elementos diversos para governar corpos e almas. O autor aprofunda essa perspectiva ao mostrar que o silêncio não se opõe ao discurso, mas constitui parte fundamental de sua dinâmica. Há múltiplos silêncios que integram as estratégias do poder, operando seletivamente sobre aquilo que pode ou não ser enunciado, conforme posições de saber e contextos institucionais (Foucault, 1988).

Definidas essas referências, na próxima seção estabelecemos os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos materiais das campanhas.

Metodologia

A metodologia utilizada para investigar as CFs realizadas entre 1964 e 1972 consistiu na análise de conteúdo temática, conforme sistematizada por Laurence Bardin (2020), de natureza qualitativa-inferencial.

O *corpus* foi constituído pelos temas, lemas e cartazes oficiais das nove CFs elaboradas pela CNBB no período considerado. Os materiais assumiram a função de dispositivos de comunicação pastoral e formativa, destinados a orientar a reflexão e a atuação das comunidades durante o tempo litúrgico da Quaresma.

A opção por documentos institucionais da própria CNBB delimita o alcance da pesquisa às formas pelas quais as Campanhas foram oficialmente formuladas e

apresentadas aos fiéis. Fontes de outra natureza, como imprensa católica, documentação produzida por órgãos de repressão, registros episcopais ou testemunhos de recepção, poderiam revelar disputas, apropriações e resistências que não são apreensíveis pelo *corpus* selecionado. Por essa razão, os resultados não permitem inferir diretamente os efeitos das Campanhas sobre os fiéis, mas analisar as orientações político-catequéticas inscritas nos materiais institucionais e as formas de conduta por eles propostas.

A delimitação do *corpus* atendeu aos critérios propostos por Bardin (2020), a saber: a) pertinência, entendida como a adequação dos materiais ao objetivo geral da pesquisa; b) homogeneidade, dada a pertença de todos os documentos analisados a um mesmo gênero institucional e sua produção sob diretrizes comuns da CNBB; e c) exaustividade, considerando que todos os temas, lemas e cartazes do período delimitado foram incluídos na análise. O critério de representatividade não foi aplicado, pois se trata de um *corpus* fechado, não destinado a representar a totalidade das produções discursivas da Igreja Católica, mas ao recorte das CFs no período.

A análise de conteúdo temática desenvolveu-se em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência e interpretação.

a) Pré-análise

Realizou-se a leitura integral do *corpus*, com vistas à familiarização com os materiais e à identificação preliminar dos principais eixos temáticos presentes nos temas, lemas e cartazes das CFs. Nessa etapa, não foram definidos eixos interpretativos prévios, preservando-se o caráter exploratório da análise.

b) Exploração do material

A exploração do material consistiu na codificação temática dos documentos analisados. Inicialmente, foram consideradas unidades de contexto os conjuntos formados por tema, lema e cartaz de cada CF. O *corpus* foi então recortado em unidades de registro, definidas por palavras, expressões ou elementos simbólicos recorrentes nos materiais, entre eles termos ligados à instituição, comportamentos esperados dos fiéis e valores cristãos.

As unidades de registro corresponderam a recortes temáticos extraídos diretamente dos materiais textuais e visuais do *corpus* e foram consideradas códigos. Cada unidade foi contabilizada uma única vez por campanha, independentemente do número de ocorrências no tema, lema ou cartaz do respectivo ano. O termo “Fraternidade”, embora presente em todas as CFs, não integrou a codificação por não introduzir variação temática.

Procedeu-se, então, à categorização temática, mediante o agrupamento dos códigos, orientada por critérios de proximidade semântica e de coerência analítica. A proximidade semântica foi considerada quando registros de sentidos semelhantes –

“Igreja” e “Paróquia” – foram reunidos em uma mesma categoria, por expressarem o vínculo institucional. Já a coerência analítica orientou o agrupamento de códigos distintos – “Próximo” e “Introspecção” – em uma única categoria, por convergirem para um mesmo eixo interpretativo.

As categorias temáticas foram definidas pelo agrupamento das unidades de registro identificadas no *corpus*, considerando a proximidade entre seus significados e sua relação com o problema de pesquisa. A categorização permitiu reunir recorrências presentes nos materiais e organizar os dados posteriormente retomados na interpretação.

As cinco categorias temáticas constituíram o primeiro nível de organização e interpretação do *corpus*. Sua construção reuniu unidades de registro que apresentavam sentidos próximos nos materiais analisados. A pedagogia do silêncio foi definida como categoria interpretativa de segunda ordem. Sua formulação articulou as recorrências identificadas nas categorias temáticas, os sentidos ausentes ou pouco desenvolvidos nos materiais e as condições históricas e institucionais relacionadas à sua produção. O referencial teórico orientou essa interpretação. As frequências absoluta e relativa corresponderam às ocorrências das unidades de registro classificadas em cada categoria temática e permitiram dimensionar a presença dessas categorias no conjunto do *corpus*. A análise qualitativa, por sua vez, examinou os sentidos produzidos por essas ocorrências e por suas ausências.

c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

O tratamento dos resultados envolveu a descrição e análise das categorias temáticas identificadas, considerando sua recorrência e variações ao longo do período analisado.

As frequências foram utilizadas como recurso descritivo para identificar a presença e a distribuição das categorias no *corpus*.

O referencial teórico foi mobilizado na etapa de inferência, após a identificação e a categorização dos elementos recorrentes no *corpus*. A partir da categorização, analisamos as relações entre temas, lemas, elementos visuais e textos das Campanhas, considerando o contexto histórico em que foram produzidos e as contribuições de Michel Foucault (1979; 1988), Pierre Bourdieu (2007) e Paulo Freire (2011; 2014).

A partir desses procedimentos, a seção seguinte apresenta a organização do *corpus* e os resultados da categorização temática.

Análise dos resultados

Corpus

Os materiais das CFs manifestam não apenas uma comunicação religiosa, mas

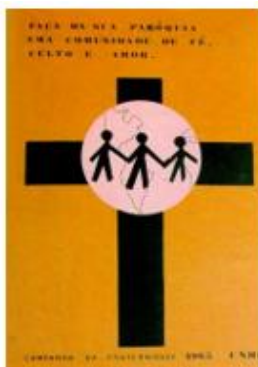
ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644495930>

uma orientação formativa que articula discurso e imagem na proposição de um *ethos* eclesial (Nunes, 2021). A Figura 1 exibe, em ordem cronológica, os temas, lemas e cartazes elaborados entre 1964 e 1972, apresentando para cada ano a tríade correspondente, todos lançados durante o período da Quaresma.

Figura 1 – Cartazes das Campanhas da Fraternidade (1964-1972)



1964 - Tema: Igreja em Renovação; Lema: Lembre-se: você também é Igreja



1965 - Tema: Paróquia em Renovação; Lema: Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor



1966 - Tema: Fraternidade; Lema: Somos responsáveis uns pelos outros



1967 - Tema: Corresponsabilidade; Lema: Somos todos irmãos, somos todos iguais



1968 - Tema: Doação; Lema: Crer com as mãos



1969 - Tema: Descoberta; Lema: Para o outro, o próximo é você



1970 - Tema: Participação; Lema: Ser Cristão é Participar



1971 - Tema: Reconciliação; Lema: Reconciliar



1972 - Tema: Serviço e Vocação; Lema: Descubra a felicidade de servir

Fonte: Nunes (2021).

Análise temática e categorização do *corpus*

A partir da análise temática do *corpus*, elaboramos o Quadro 1, que reúne os temas, lemas e cartazes das CFs. A codificação dos elementos textuais e visuais resultou em 46 códigos, posteriormente agrupados em cinco categorias.

Quadro 1 – Categorização temática dos temas, lemas e cartazes das Campanhas da Fraternidade (1964-1972)

ANO	TEMA	LEMA	DESCRIÇÃO DO CARTAZ	CÓDIGOS (TEMA-LEMA-CARTAZ)	CATEGORIAS
1964	Igreja em Renovação	Lembre-se: você também é Igreja	Figuras humanas, mãos dadas, cruz	Igreja	Identidade eclesial
				Renovação	Identidade eclesial
				Pertencimento	Interiorização
				Figuras humanas	Pacificação simbólica
				Mãos dadas	Pacificação simbólica
				Cruz	Identidade eclesial
1965	Paróquia em Renovação	Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor	Figuras humanas, cruz, mãos dadas, globo terrestre	Paróquia	Identidade eclesial
				Comunidade	Identidade eclesial
				Fé	Identidade eclesial
				Culto	Identidade eclesial
				Amor	Ética cristã
				Figuras humanas	Pacificação simbólica
				Mãos dadas	Pacificação simbólica
				Cruz	Identidade eclesial
				Globo terrestre	Pacificação simbólica
1966	Fraternidade	Somos responsáveis uns pelos outros	Figuras humanas, mãos dadas, fundo geométrico, cores vivas	Responsabilidade	Ética cristã
				Alteridade	Ética cristã
				Figuras humanas	Pacificação simbólica
				Mãos dadas	Pacificação simbólica
1967	Corresponsabilidade	Somos todos irmãos, somos todos iguais	Duas crianças (branca e preta) de mãos dadas, estilo realista	Corresponsabilidade	Ética cristã
				Irmãos	Ética cristã
				Igualdade	Ética cristã
				Crianças com mãos dadas	Pacificação simbólica
				Diversidade racial	Pacificação simbólica

Quadro 1 – Continuação

ANO	TEMA	LEMA	DESCRIÇÃO DO CARTAZ	CÓDIGOS (TEMA-LEMA-CARTAZ)	CATEGORIAS
1968	Doação	Crer com as mãos	Quatro mãos sobrepostas e coloridas, cruz	Doação	Religiosidade prática
				Crença ativa	Religiosidade prática
				Mãos sobrepostas	Religiosidade prática
				Cruz	Identidade eclesial
1969	Descoberta	Para o outro, o próximo é você	Uma mão estendida, tom verde escuro, imagem introspectiva	Descoberta	Interiorização
				Próximo	Interiorização
				Inversão do olhar	Interiorização
				Mão estendida	Interiorização
				Introspecção	Interiorização
1970	Participação	Ser Cristão é participar	Mãos, arregaçando as mangas, imagem fotográfica realista	Participação	Religiosidade prática
				Cristão	Identidade eclesial
				Mãos com manga arregaçada	Religiosidade prática
1971	Reconciliação	Reconciliar	Mãos dadas com mangas de terno, cruz, globo terrestre	Reconciliação	Ética cristã
				Mãos dadas com mangas de terno	Pacificação simbólica
				Cruz	Identidade eclesial
				Globo terrestre	Pacificação simbólica
1972	Serviço e Vocação	Descubra a felicidade de servir	Imagem de Jesus vestido de terno e gravata, pombas, mãos, arregaçando as mangas	Serviço	Religiosidade prática
				Vocação	Identidade eclesial
				Felicidade	Ética cristã
				Jesus	Identidade eclesial
				Pombas	Pacificação simbólica
				Mãos com manga arregaçada	Religiosidade prática

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Organizado por ano, o Quadro 1 apresenta os respectivos temas e lemas; breve descrição do cartaz correspondente; códigos identificados nos elementos textuais e visuais; e categorias analíticas associadas aos códigos. Os dados foram construídos a partir das fontes primárias apresentadas na Figura 1 e sistematizados conforme os padrões de sentido e as estratégias comunicacionais empregadas pela Igreja Católica.

Definimos cada categoria a partir da interpretação de seus códigos:

- *Identidade eclesial*: abrange elementos associados ao pertencimento à Igreja Católica, por meio de símbolos litúrgicos e da representação da comunidade enquanto corpo eclesial;
- *Ética cristã*: reúne valores orientadores das relações entre cristãos, associados a amor, fraternidade e solidariedade, sem referência direta a conflitos ou direitos sociais;
- *Religiosidade prática*: refere-se às ações concretas incluindo doações, voluntariado e gestos de ajuda, realizadas no cotidiano das paróquias e comunidades;
- *Interiorização*: compreende códigos afetivos e interpessoais que deslocam a atenção para a consciência e a atitude individual;
- *Pacificação simbólica*: inclui imagens e enunciados de harmonia ou de diferenças já conciliadas, sem explicitação de conflitos sociais.

Complementando o Quadro 1, a Tabela 1 apresenta as frequências absolutas e relativas das categorias no *corpus*. Sua leitura permite observar a distribuição das categorias no período analisado e fornece um ponto de partida para o exame qualitativo das relações entre os materiais, os documentos e o contexto de produção das Campanhas.

Tabela 1 – Frequência de ocorrência de códigos nas Campanhas da Fraternidade (1964-1972)

CATEGORIA	FREQUÊNCIA		CÓDIGOS
	ABSOLUTA	RELATIVA (%)	
Identidade eclesial	13	28,3	"Igreja", "Cruz", "Vocação"
Pacificação simbólica	12	26,1	"Globo terrestre", "Pombas", "Mãos dadas"
Ética cristã	8	17,4	"Responsabilidade", "Amor", "Reconciliação"
Religiosidade prática	7	15,2	"Doação", "Crença ativa", "Serviço"
Interiorização	6	13,0	"Pertencimento", "Próximo", "Mão estendida"
TOTAL	46	100	

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Com base nessa categorização, a seção seguinte examina a distribuição das categorias ao longo do período analisado.

Distribuição das categorias temáticas (1964-1972)

Conforme o Quadro 1 e a Tabela 1, *Identidade eclesial* apresenta a maior

frequência (28,3%). Os códigos concentram referências institucionais e religiosas, entre elas “Igreja”, “Paróquia”, “Comunidade”, “Fé”, “Culto”, “Cruz”, “Cristão”, “Vocação” e “Jesus”. Trata-se de uma categoria que enfatiza o pertencimento e a vinculação à estrutura eclesial, reforçando a centralidade da instituição na orientação das práticas religiosas. A presença é mais acentuada nos anos de 1964 e 1965, o que indica um movimento inicial de afirmação identitária no processo de nacionalização da campanha.

A *Pacificação simbólica* ocupa a segunda posição (26,1%). Reúne imagens e enunciados de harmonia ou diferenças conciliadas, incluindo “Figuras humanas”, “Mãos dadas”, “Crianças com mãos dadas”, “Diversidade racial”, “Globo terrestre” e “Pombas”. Tais elementos visuais e simbólicos tendem a representar relações sociais sem conflito explícito, sugerindo cenários de unidade e equilíbrio. Está presente em seis dos nove anos examinados, o que demonstra a recorrência desse padrão de representação ao longo do período.

A *Ética cristã* corresponde a 17,4% das ocorrências. Abrange valores normativos presentes nos materiais, tais como “Amor”, “Responsabilidade”, “Alteridade”, “Corresponsabilidade”, “Irmãos”, “Igualdade”, “Reconciliação” e “Felicidade”. Os códigos mencionados orientam condutas e relações interpessoais, enfatizando princípios morais compartilhados no interior da tradição cristã, sem referência direta a conflitos sociais ou a disputas por direitos.

A *Religiosidade prática* totaliza 15,2%. Inclui códigos ligados a ações e gestos, entre eles “Doação”, “Crença ativa”, “Participação”, “Serviço”, “Mãos sobrepostas” e “Manga arregaçada”. Tais elementos remetem à dimensão prática da fé, associada ao engajamento cotidiano dos fiéis em atividades comunitárias e assistenciais. Sua maior concentração ocorre a partir de 1968, evidenciando maior presença de práticas concretas nas campanhas desse período.

A categoria *Interiorização* registra 13,0%. Reúne “Pertencimento”, “Descoberta”, “Próximo”, “Inversão do olhar”, “Mão estendida” e “Introspecção”. Os códigos dessa categoria direcionam a atenção para a experiência individual e para a dimensão subjetiva da fé, privilegiando processos de reflexão pessoal e de transformação interior. A incidência mais elevada situa-se em 1969, sugerindo um momento de maior ênfase nesse tipo de abordagem.

Essas distribuições fornecem elementos para avançar na interpretação dos sentidos, ambivalências e limites da pedagogia do silêncio. O caso de 1965 (CNBB, 1965) permite observar mais detidamente essas dimensões. O lema “Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor” convoca o fiel a participar da vida paroquial. No cartaz, as figuras humanas aparecem reunidas no interior de uma estrutura cruciforme. A cruz organiza a composição e dispõe as figuras em torno de um símbolo cristão. O material oficial também caracteriza a paróquia como comunidade de fé, culto e caridade e convoca o fiel à participação (CNBB, 1965). O documento pergunta ainda o que poderia ser feito para diminuir “injustiças, opressões,

ódios, miséria, egoísmo, dor, sofrimento”, evidenciando a presença de questões sociais na Campanha. Diante desse diagnóstico, a resposta proposta privilegia a caridade e a participação na vida comunitária. A partir do conceito de *habitus* religioso de Bourdieu (2007), compreendemos essa orientação como parte da formação de modos de perceber e agir vinculados ao campo religioso.

A CF de 1968 (CNBB, 1968) aprofunda a relação entre religiosidade e ação. No cartaz, as mãos ocupam posição central e estabelecem uma relação direta com o lema “Crer com as mãos”. A composição associa a fé ao fazer e reforça visualmente a proposta da Campanha. O material oficial apresenta a CF como iniciativa “educativa da consciência de Igreja” e recorre à “pedagogia da ação” para orientar a atuação dos fiéis. O documento também aborda problemas sociais, entre eles a fome e outras necessidades da população, e incorpora princípios da encíclica *Populorum Progressio* (Paulo VI, 1967). Diante desses problemas, as respostas apresentadas enfatizam a doação, a responsabilidade e o envolvimento comunitário. Em diálogo com Freire (2011; 2014), examinamos em que medida a participação incentivada pela Campanha favorece uma leitura das condições sociais sobre as quais pretende atuar, considerando a tensão entre o incentivo à participação e a pouca atenção aos conflitos sociais do período.

Na CF de 1971 (CNBB, 1971), o tema “Reconciliação” e o lema “Reconciliar” colocam a reconciliação no centro da proposta. O cartaz apresenta duas mãos unidas, ambas com mangas de terno, imagem que remete ao encontro e à conciliação. O texto-base amplia o sentido dessa proposta ao reconhecer problemas como marginalização, injustiça e “violência institucionalizada”, expressão empregada pelos documentos de Medellín (CELAM, 1968). A presença desses temas mostra que os conflitos sociais não estavam ausentes da reflexão eclesial. A análise volta-se, assim, para o modo como esses conflitos são apresentados e para a resposta proposta pela Campanha, centrada na recomposição das relações diante das divisões sociais. Em perspectiva foucaultiana, o silêncio não corresponde à ausência de discurso, mas à organização do que pode ser dito e das formas pelas quais determinados problemas são enunciados (Foucault, 1988), o que permite examinar como o reconhecimento dos conflitos se articula, nesse caso, ao princípio da reconciliação.

A pedagogia do silêncio

Os resultados empíricos apresentados na seção anterior permitem aprofundar a interpretação dos (i) sentidos, (ii) ambivalências e (iii) limites da pedagogia do silêncio nas CFs entre 1964 e 1972.

Conforme definido na Introdução, a pedagogia do silêncio refere-se à seleção e à organização dos conteúdos, às formas de apresentação das questões sociais e às orientações dirigidas aos fiéis. Os resultados mostram essa dinâmica nas recorrências e nas ênfases encontradas nos materiais das CFs. Foucault (1988, p. 30) afirma que “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos”. Essa perspectiva permite compreender o silêncio

em relação ao que ganha espaço nos discursos e às formas pelas quais determinados conteúdos são apresentados.

Em sua dimensão formativa, essa pedagogia envolve orientações político-catequéticas expressas nos valores privilegiados e nos modos de percepção e ação propostos aos fiéis. Como propõe Foucault (1988), o silêncio não é o exterior do discurso, mas integra sua dinâmica, operando na seleção dos enunciados possíveis e daqueles que permanecem à margem.

Na estrutura hierárquica da Igreja Católica, essa dinâmica pode ser examinada nas relações entre autoridade, produção discursiva e delimitação dos sentidos religiosos. Nesse quadro, temas, lemas e cartazes podem ser compreendidos como parte de uma organização discursiva que seleciona conteúdos, estabelece ênfases e apresenta determinadas formas de pertencimento e conciliação. No *corpus* analisado, essa orientação se expressa na predominância de códigos vinculados à Identidade eclesial (28,3%) e à Pacificação simbólica (26,1%), que concentram mais da metade das ocorrências e reúnem referências institucionais (“Igreja”, “Paróquia”, “Fé”, “Cruz”, “Jesus”) e imagens de harmonia ou diferenças conciliadas (“Mãos dadas”, “Globo terrestre”, “Pombas”).

É necessário considerar as ambivalências simbólicas desse processo. Ainda que temas, lemas e cartazes mobilizem fraternidade, igualdade e participação, a análise mostra que esses valores recebem maior ênfase do que os conflitos e antagonismos sociais presentes no período. Esse movimento pode ser observado na categoria *Pacificação simbólica*, especialmente em 1967, quando o cartaz reúne “Crianças com mãos dadas” e “Diversidade racial”, sem explicitação de conflito social ou menção a desigualdades estruturais nos enunciados textuais do mesmo ano. Essa ambivalência privilegia a harmonia e a conciliação, enquanto os conflitos que atravessam as relações sociais recebem menor desenvolvimento.

A pedagogia do silêncio se expressa também nas orientações dirigidas às práticas cotidianas dos fiéis. Ela incide tanto sobre os conteúdos quanto sobre as formas de apresentação das mensagens e as condutas propostas aos seus destinatários. Mesmo quando aparecem códigos associados à *Religiosidade prática* (15,2%) – “Doação”, “Participação”, “Serviço” e gestos como “Mãos com manga arregaçada” – a interpelação permanece circunscrita ao âmbito comunitário e individual, sem referência a disputas políticas ou a conflitos sociais. De modo convergente, a categoria *Interiorização* reforça o deslocamento do foco para a consciência e a atitude do fiel.

Ao longo dos anos focalizados, observa-se a institucionalização dos materiais formativos, expressa na organização temática e na produção de subsídios destinados a diferentes públicos. Nesse processo, discursos, imagens e orientações de conduta compõem um dispositivo religioso (Foucault, 1979; 1988), ao mesmo tempo que favorecem a formação de modos de crer e agir vinculados ao *habitus* religioso (Bourdieu, 2007). No recorte de 1964 a 1972, a recorrência de códigos de *Ética cristã*

(17,4%) – “Amor”, “Responsabilidade”, “Reconciliação”, “Igualdade” – indica a centralidade de um vocabulário moral que opera sem explicitação de antagonismos sociais, articulando-se às diretrizes e às imagens de conciliação presentes nos cartazes.

A interpretação da pedagogia do silêncio também considera as mudanças ocorridas na direção da CNBB após o golpe de 1964. Segundo Nunes (2021), a eleição de Dom Agnelo Rossi para a presidência da Conferência ocorreu em um contexto de disputas entre diferentes setores do episcopado. A mudança na secretaria-geral, até então ocupada por Dom Helder Câmara – fundador da CNBB e articulador da primeira CF –, e as divergências em torno da vice-presidência evidenciam as diferenças presentes na composição da Conferência. A votação apertada nos primeiros escrutínios reforça que as orientações assumidas pela CNBB naquele período não decorreram de uma posição consensual entre os bispos. Tensões como essas ajudam a compreender as condições institucionais nas quais foram produzidas as orientações político-catequéticas examinadas neste estudo.

Sobre os limites desta investigação, a análise concentrou-se nos materiais oficiais das CFs, consultados com base nas fontes do Centro de Documentação e Informação (CDI) da CNBB. Essa delimitação metodológica não permite inferir a totalidade das práticas desenvolvidas nas paróquias e comunidades locais, nem alcançar a diversidade de apropriações possíveis realizadas pelos fiéis.

Conclusão

A análise das CFs realizadas entre 1964 e 1972 indica a presença de orientações político-catequéticas centradas na formação religiosa, na afirmação da autoridade eclesial e em modos específicos de apresentação dos conflitos.

Ao privilegiarem referências ao pertencimento eclesial, à conciliação, à interiorização e à ação religiosa, conferindo menor desenvolvimento aos antagonismos sociais, os materiais analisados configuram aquilo que neste estudo denominamos pedagogia do silêncio. Essa categoria designa uma orientação simbólica fundada na organização dos conteúdos e na valorização de determinados modos de crer e agir, cujos sentidos adquiriam dimensão política no contexto da ditadura civil-militar brasileira.

As CFs também estavam sujeitas a diferentes formas de leitura e apropriação, aspecto que reforça a necessidade de considerar as ambivalências das práticas religiosas e educativas da Igreja Católica naquele período. Como limite da pesquisa, o estudo concentrou-se nos materiais oficiais das Campanhas, sem examinar sistematicamente sua recepção pelos fiéis ou fontes que permitissem reconstruir suas apropriações em contextos locais.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÚJO, Alberto Filipe. Do silêncio como via longa: contribuição para uma pedagogia do silêncio. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 46, p. 25-40, 2019. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/pt/article/view/7061>. Acesso em: 19 ago. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

CAMPOS, Ísis de Freitas; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. A pedagogia do silêncio em Auschwitz: uma análise a partir de 174.517. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662199039/560662199039.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2026.

CIPRIANI, Gabriele. Campanha da Fraternidade - 2005 Ecumênica: Solidariedade e Paz. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, n. 40, p. 25-40, 2005. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/433/420>. Acesso em: 19 ago. 2026.

CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano. **Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**: documento final de comissões. Medellín: CELAM, 1968. Disponível em: <https://repositorio.celam.org/s/repositorio/item/3171>. Acesso em: 19 ago. 2026.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1964**. Lembre-se: você também é igreja. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1964a.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **A CNBB e o novo Governo do Brasil** - Comunicado mensal. Brasília: CNBB, 1964b.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1965**. Faça da sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1965.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1966**. Somos responsáveis uns pelos outros. Brasília: CDI - Centro de Documentação e

Informação CNBB, 1966.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1967**. Somos todos irmãos, somos todos iguais. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1967.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1968**. Crer com as mãos! Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1968.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1969**. Para o outro, o próximo é você. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1969.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1970**. Ser Cristão é Participar. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1970.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1971** - Reconciliar. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1971.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1972**. Descubra a felicidade de servir. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1972.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 2003**. Vida, dignidade e esperança. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 2003.

DA SILVA, Luis Fernando. Campanha da Fraternidade. **Vida Pastoral**, São Paulo, v. 60, n. 326, p. 13-22, mar. /abr. 2019. Disponível em: https://www.vidapastoral.com.br/wp-content/uploads/2019/01/VP_326_WEB_FINAL.pdf. Acesso em: 19 ago. 2026.

FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II**: a luta pelo sentido. São Paulo: Paulinas, 2013.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644495930>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico do Brasil 1979**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3. Período republicano e atualidade. 2. ed. São Paulo: Paulinas, v. III, 2011.

MATOS, Henrique Cristiano José. Campanha da Fraternidade 2020. **Grande Sinal Revista de Espiritualidade e Pastoral**, Florianópolis, v. 74, n. 1, p. 107-112, abr. 2020. Disponível em: <https://grandesinal.itf.edu.br/GS/article/view/67>. Acesso em: 19 ago. 2026.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NUNES, Adailton Antônio Galiza. **Campanha da Fraternidade**: uma política da Igreja Católica para o Brasil. 2021. 183f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1165127>. Acesso em: 2 set. 2026.

OLER, Juliana Rodrigues Larrosa. Fraternidade e Amazônia: a proposta ambientalista da Campanha da Fraternidade de 2007. **Pesquisas em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 87-109, jun. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/108282>. Acesso em: 19 ago. 2026.

OROFINO, Francisco. Cultivar e guardar–Servir e vigiar: a inspiração bíblica para a Campanha da Fraternidade de 2017. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 473-482, set./dez. 2016. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/511>. Acesso em: 19 ago. 2026.

PAULINO, Marina; REIS, Magali. Pedagogia do silêncio: as sendas da docilidade. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 2, 2010. p. 31-38, 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pedagogiacao/article/view/4762>. Acesso em: 19 ago. 2026.

PAULO VI, Papa. **Populorum progressio**: carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos. Roma, 26 mar. 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 19 ago. 2026.

PRATES, Lisaneos. **Fraternidade libertadora**: uma leitura história-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2007.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644495930>

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 71-96.

RAMPAZZO, Lino. Aspectos éticos e místicos do texto-base da Campanha da Fraternidade 2004: fraternidade e água. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato (org.). **Recursos hídricos**: aspectos éticos, jurídicos, econômicos e socioambientais. v. 1. Campinas: Alínea, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico). São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SILVA, Áurea Oliveira. **O Estado autoritário e a pedagogia do silêncio** – 1964-1979. Florianópolis: Insular, 2019.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SU, Feng; WOOD, Margaret; TRIBE, Robert. “Dare to be silent”: re-conceptualising silence as a positive pedagogical approach in schools”. **Research in Education**, v. 116, n. 1, p. 29-42, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00345237231152604>. Acesso em: 19 ago. 2026.

TOMELIN, Victor. **Pedagogia do silêncio**: o tamanho do medo. Campinas: Papirus; Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1986.

VANZELLA, José Adalberto. **Campanha da Fraternidade**: a Igreja do Brasil a serviço da vida. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=31618&idi=1>. Acesso em: 19 ago. 2026.

VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997.

WOLFF, Elias. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: compromisso das igrejas com a vida no planeta. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 30, n. 3, p. 13-25, 2015. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/26>. Acesso em: 19 ago. 2026.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644495930>



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).